

O lugar do trabalhador em tempo de mudança

Mariângela Nascimento

Mariângela Nascimento

é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. E-mail: mariangelanascimento@yahoo.com.br

Resumo

Adotamos como ponto de partida a assertiva de que as transformações do capitalismo contemporâneo ocorreram com a passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial, do fordismo ao pós-fordismo. Esta fase de transformação radical do capitalismo se configura na centralidade do trabalho imaterial, na difusão social do trabalho, no surgimento de múltiplas subjetividades, na tecnologia de informação e comunicação e nas novas formas de luta e resistência do sujeito político. Nesse cenário, que se estende a todo o mundo capitalista, emerge um novo sujeito político, que deve ser definido no marco das condições sociais específicas, da relação do trabalhador com o seu trabalho e de sua condição material de luta, definindo outra composição de classe, uma nova territorialidade da cooperação social.

Palavras-chave

cooperação social, composição de classe, pós-fordismo.

Abstract

We adopted as a starting point the assertive that changes in contemporary capitalism happened due to the transition of the industrial society to postindustrial society, from fordism to postfordism. This phase of radical capitalism transformation is set in the centrality of immaterial work, in the social diffusion of work, in the emergence of multiple subjectivities, in Information and Communication Technology and new ways of struggle and resistance of the political subject. In this scenery, which is extended throughout the capitalist world, a new political subject emerges, that should be defined within the framework of specific social terms, from the relationship between the workman and the work and his material condition of struggle, defining a new class composition, a new territoriality of social cooperation.

Keywords

social cooperation, class composition, postfordism.

Introdução

Este artigo pretende contribuir com o atual debate sobre os novos paradigmas que têm procurado explicar as transformações do capitalismo no século XXI. Novos conceitos e categorias têm surgido e alterado as tradicionais referências teóricas, expondo o esgotamento dessas teorias como suportes das análises sociológicas que explicaram por muitos anos as transformações econômicas e culturais do sistema capitalista. Alicerçadas nessas novas referências teóricas, algumas análises têm se dedicado a identificar e analisar os elementos constitutivos do atual estágio do processo produtivo e os novos sujeitos que emergem no cenário das lutas políticas.

Analisar o contexto atual da ordem capitalista, das relações produtivas, das lutas políticas implica, como sugeriu Hannah Arendt, colocar o pensamento conectado com a experiência real. Do contrário, corre-se o risco de o tecido real ser costurado por fios tão frágeis que não se sustenta diante dos múltiplos fragmentos do social. Seguindo esse caminho, algumas análises têm incorporado elementos de renovação do pensamento materialista e delineado uma nova estratégia metodológica que sugere descer ao nível da materialidade da vida social e investigar a transformação ocorrida na nova composição do real. Procedendo dessa forma, essas análises se fundamentam, teórica e empiricamente, não por meio de formas ideais, mas dentro do denso complexo da experiência. Levando em consideração essa estratégia metodológica, tomamos o pensamento do filósofo Antonio Negri¹ para guiar nosso propósito de compreender a dimensão dessas mudanças e as implicações dela decorrentes.

Teorias em Contexto de Mudança

Muitas das tendências analíticas que ganharam credibilidade explicativa na segunda metade do século XX, interpretaram (e continuam interpretando) o desenvolvimento capitalista e suas crises como algo que transcende o terreno das lutas sociais. Para essas tendências, são os avanços tecnológicos que explicam as transformações do capitalismo,

contrapondo-se à versão de que a origem dessas transformações não está apenas nesses avanços, mas, principalmente, nos conflitos oriundos do mundo do trabalho.

343

As mudanças ocorridas no mundo capitalista das últimas décadas enfraqueceram as várias teorias marxistas tradicionais que sustentaram por muito tempo as explicações das relações no mundo do trabalho e da dinâmica das lutas sociais. É nesse contexto que surgem as várias correntes do marxismo crítico². A influência dessas correntes foi decisiva na segunda metade do século XX, tornaram-se alternativas para explicar as mudanças ocorridas após maio de 1968³, contudo, assumem uma postura radical, ao deixarem de lado os efeitos que as resistências e as lutas sociais dos trabalhadores promoveram no desenvolvimento capitalista.⁴

É consenso para os autores dessa tendência, que destacam a introdução intensiva das inovações tecnológicas no campo da informação e comunicação no atual capitalismo, apontar este fenômeno como a fonte de transformações e crises no sistema capitalista, causando o desemprego em nível global, a precarização do trabalho, o monopólio e a massificação da cultura, a privatização dos campos de conhecimento, a mercantilização radical da vida (Altamira, 2008). É neste contexto que as teorias do marxismo crítico procuram explicar a relação capital e trabalho e a nova constituição do sujeito político, abrindo mão do padrão classista, de herança marxista, que já não é mais considerado a fonte de antagonismo e enfrentamento das lutas sociais do capitalismo de tecnologia avançada.

No entanto, para o pensador Antonio Negri⁵, essa postura crítica apresenta um grande desafio: o de reconduzir estas análises para dentro do campo das lutas sociais para que tais análises possam captar a dinâmica dos movimentos sociais e de resistência e reconhecer a nova fase do desenvolvimento capitalista, com suas novas estratégias de domínio e exploração (Negri, Hardt, 2004).

Apesar de sustentar a tese de que os avanços tecnológicos são uma força de explicação da transformação do capital, essas teorias acabaram minimizando e desconhecendo o fato de que as novas tecnologias alteraram radicalmente e objetivamente a natureza e as formas da força de trabalho, contribuindo para estender o domínio e o controle do capital a todas as dimensões da vida.

Para as teorias do marxismo crítico, por exemplo, as explicações sobre os novos movimentos sociais não se encontram na forma de trabalho e nem na força de trabalho, daí a afirmação de que os novos movimentos sociais tomaram o lugar da velha luta de classes e dispensaram o sujeito histórico do mundo do trabalho – o operariado. As explicações e a dinâmica dos movimentos sociais encontram-se, segundo essas análises, no fato da emergência de formas de poder tecnocrático e na pluralidade de identidades culturais, que se constituem nos novos sujeitos. Estes são os pressupostos que afastam essas teorias das correntes marxistas tradicionais.

A questão cultural e as novas tecnologias passam a ter centralidade nas análises dos novos movimentos sociais e da relação capital e trabalho, e a justificativa é de que a base dos conflitos sociais passa a não derivar apenas de uma única fonte de dominação e exploração, mas de várias. As relações de classe passam a se configurar apenas como mais uma relação em meio a tantas outras. Em razão disso, muitas são as críticas às teorias marxistas tradicionais⁶ por se revelarem incapazes de analisar e incorporar as transformações e avanços da era da informática e a entrada de novos atores em cena. Por isso, essas abordagens também criticam a base economicista e totalizante das

teorias marxistas que predominaram no pós-guerra, insistindo na tese de que a atual complexidade e a pulverização social não mais permitem eleger uma única fonte teórica e prática na construção analítica do capitalismo.

Essa tendência crítica pós-marxista das últimas décadas, que nega a base classista como fonte explicativa da relação capital e trabalho, de um lado, trata a revolução informática e as novas tecnologias como fonte promotora de novos elementos para uma reorganização das relações produtivas e de reconstituição dos movimentos sociais; do outro, aponta as relações identitárias como sexo, gênero, natureza e etnia como bases geradoras e transformadoras das relações sociais.

Estas análises se sustentam na tese da eliminação do trabalho pela crescente automação – que enfraquece o trabalho como categoria analítica das relações capitalistas e fonte das lutas sociais – e se apegam à pluralidade centrada em questões de identidades culturais, o que mostra que a análise classista, hoje, longe de ocupar posição privilegiada, foi substituída por um leque de outras abordagens culturalistas, sem que nenhuma delas preponderasse sobre as demais. Esta postura reforça e fundamenta a crítica em relação ao marxismo tradicional que, para essa tendência analítica, nega a autonomia do indivíduo, tão necessária à configuração dos novos movimentos sociais. É justamente aí que o discurso marxista tradicional perde espaço, quando a cultura passa a eleger o indivíduo como fonte de inspirações políticas.

De fato, como conclui o sociólogo César Altamira (2008), houve, nas últimas décadas, uma pulverização dos movimentos sociais com grande diversidade de organizações temáticas e pontuais. E diante dessa pluralidade e fragmentação social, tornou-se difícil, nos moldes da era industrial, emergir sujeitos sociais capazes de apontar uma alternativa ao capitalismo, uma alternativa que possa conter a tendência crescente do esgotamento das instituições da democracia. As instituições da democracia representativa, por exemplo, têm o seu papel de interlocutoras entre a potência dos trabalhadores e o poder do capital, minimizado. Os partidos políticos e os sindicatos têm sido esvaziados dessa capacidade mediadora, e enfraquecida a capacidade de articulação com os novos conflitos sociais; ou seja, não têm sido capazes de apresentar alternativas que enfrentem as atuais condições de precarização do trabalho.⁷

Entretanto, a dimensão analítica que considera e centraliza as múltiplas temáticas tem que levar em conta o pressuposto de que os novos grupos temáticos (de base culturalista) não funcionam como princípios organizativos da produção e da distribuição de bens e serviços, ou seja, não se constituem como fonte ordenadora das relações sociais. Por isso, é preciso entender que sexualidade, racismo, gênero são questões socialmente defendidas

de modo violento devido à utilização econômica que delas faz o capitalismo. O capital, enquanto sistema de relações sociais, não é só inimigo dos movimentos sociais que lutam por melhores salários [...] mas também de todo o movimento que pressiona pela igualdade na diferença [...] porque são abordados como oportunidades ou empecilhos para a acumulação (Altamira, 2008: 28).

Daí, conclui Giuseppe Cocco, é

erro teórico afirmar que a emergência desses temas (de gênero, raça, etnia etc.) tenha enfraquecido o “ponto de vista” de classe e, por isso, aberto brechas para a reação capitalista. [...] esses “temas” não emergem como “superestruturas” culturais [...] mas constituíram-se como práticas sociais (lutas) de crítica da ordem material do trabalho e de suas bases disciplinares (Cocco, 2008: 72-73).

O capitalismo como um sistema de dominação depende da discriminação que passa por gênero, etnia, sexualidade, para estabelecer suas hierarquias de controle. Por isso, essas questões não podem ser tratadas como um somatório de múltiplos casos setoriais, envoltas às suas temáticas pontuais, capazes de ocupar o lugar vazio da classe trabalhadora, como faz o marxismo crítico.

345

Uma Nova Versão é Possível

Apesar de possuir alguns pontos em comum com o marxismo crítico – como no caso da afirmação de que o avanço tecnológico é um fenômeno promotor de uma transformação radical e de que hoje, com o surgimento de novos sujeitos, são muitas as fontes de conflito -, a análise feita por Antonio Negri⁸ dá outra versão às relações sociais em curso. As mudanças advindas da revolução informática, para ele, atingem de modo estruturante a natureza da força de trabalho e provocam uma metamorfose teórica e prática do trabalho sem, contudo, retirar a centralidade da classe trabalhadora.

É justamente a permanência da centralidade da classe trabalhadora em meio às transformações no mundo do trabalho que permite Negri (2004) afirmar que a realidade do mundo laboral dispensa agora a tradicional separação do trabalho manual e intelectual. A perda dessa fronteira indica que o processo produtivo se estende a todas as atividades exercidas na sociedade capitalista, garantindo a reprodução do capital. Tais mudanças promoveram um novo quadro no mundo do trabalho, como a reintegração de tarefas antes fragmentadas e a reinvenção das relações sociais no plano horizontal, trazendo novos mecanismos de resistência (em rede) e novas dinâmicas constituintes. Com isso, um novo conceito de trabalho surge para se realizar a crítica social.

Este é o caminho para que as novas formas de luta possam revelar, na teoria e na práxis, sua capacidade de construir novos espaços públicos e de inventar direitos, dando visibilidade política aos desejos e necessidades, produzindo, assim, as novas subjetividades num cenário de conflito global. Neste caminho, as novas lutas eliminam a tradicional separação das lutas econômicas e políticas na sua determinação em buscar novas formas de vida. Por isso, as reivindicações econômicas e políticas não são mais tidas como lutas distintas, fazem parte das mesmas lutas biopolíticas⁹, que incorporam agora todos os trabalhadores diferenciados na sua posição produtiva e que constituem o novo sentido de classe – não apenas limitado ao trabalhador fabril, fixo no seu local de trabalho. É nessa perspectiva que podemos considerar os movimentos migratórios como forma de resistência à necessidade que o capitalismo tem em fixar a mão de obra:

a mobilidade humana, [...] não pode ser explicada apenas a partir de fatores econômicos e exógenos; o desejo de liberdade, de autonomizar, que faz romper fronteiras territoriais e jurídicas, enfrentar barreiras, furar cercos, é uma força constituinte e imanente (Corsini, 2007: 89).

Se os pobres e trabalhadores, os migrantes e refugiados fossem apenas vítimas passivas da injustiça, da opressão e da exploração, não seriam considerados entre as “classes perigosas”. São os trabalhadores, os pobres, que permanentemente perturbam a constituição ontológica do poder: em cada interseção de linhas de criatividade ou de fuga, de ação ou de comunicação, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle do capital (Negri, 2004).

As mudanças ocorridas no capitalismo têm exigido redefinição da relação capital e trabalho e demandado um novo conjunto de teorias explicativas. Essas transformações do processo produtivo capitalista, no final do século XX, além de promoverem o surgimento

das novas tecnologias de informação e comunicação, como nos referimos acima, deram entrada aos novos sujeitos no cenário das lutas sociais. Esses novos sujeitos, organizados em torno de temas específicos, e que não necessariamente tinham vínculos entre si, passaram a ocupar o campo das lutas sociais e de resistência ao capital, atribuindo um novo sentido à categoria classe social, distanciando-se, a partir daí, do formato classista da ortodoxia marxista.

Eram grupos que, se não traziam alternativa ao capitalismo, começaram a desintegrar a sociedade e, na medida em que suas lutas ganharam dimensão global, formaram um ciclo de lutas que revelou o esgotamento das formas de produção fordista e os limites das estratégias keynesianas, reafirmando que a “hierarquia disciplinar da ordem fabril não se articulava apenas a partir das funções de comando capitalista [...], mas também dentro das relações sociais de gênero, raça [...]” (Cocco, 2008: 71).

Tais temas emergem como práticas sociais da crítica da ordem material do trabalho e de suas bases disciplinares, contribuindo, assim, para o desmoronamento dos mecanismos de regulação keynesianos e das hierarquias disciplinares, fordista e taylorista. É, conclui Cocco, “a subordinação da sociedade como um todo à ordem fabril que desmorona” (Ibidem: 71). É também o momento em que a entrada de novos sujeitos nas lutas transforma a sociedade num campo fértil para criar novos direitos e fazer emergir múltiplas subjetividades.

Essas mudanças no sistema capitalista significaram a alteração das relações no mundo do trabalho fora dos parâmetros da organização fordista. Do mesmo modo que o processo produtivo, ao incorporar outros componentes organizativos, comprometeu e inviabilizou as tradicionais categorias marxistas fundadas na separação da base estrutura e supraestrutura. Com isso, o novo tipo de capitalismo emergente e globalizado exigiu novas categorias de análise para dar conta das mudanças estruturais do trabalho e da natureza dos conflitos, longe da base fordista, do economicismo marxista e também das avaliações do marxismo crítico, que insiste em deixar de lado os efeitos que a luta dos trabalhadores provocam no desenvolvimento do capitalismo.

A nova realidade da produção capitalista globalizada promoveu, avalia Negri (2004), a inserção de todo o tipo de atividade no processo produtivo, desde a produção da cultura, dos desejos e dos afetos à circulação de mercadoria. Isso significa uma mudança radical no processo produtivo. O trabalho passa a ter outros elementos além do esforço físico e manual, como o conhecimento, a criatividade, o desejo, o afeto; eles são parte constitutiva das formas de trabalho.

Tais mudanças revelam as alterações radicais introduzidas no processo produtivo capitalista, que passa a produzir, além de bens materiais, bens imateriais e novas subjetividades. As múltiplas dimensões do capital, instrumentalizadas pelos avanços tecnológicos de informação, viram-se entrelaçadas por uma extensa rede de comunicação capaz de envolver e afetar todos os aspectos da existência humana. A realidade está mudando:

Na sociedade industrial da manufatura e do fordismo, a relação com a produção fazia-se silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permitia uma interação colaborativa. A informatização da indústria pós-fordista tende a transformar o trabalho “em gestão de um fluxo contínuo de informações [...] A comunicação e a cooperação entre operadores são parte integrante da natureza do trabalho (Gorz, 2005: 17). O sistema cognitivo organiza os conhecimentos distribuídos entre uma pluralidade de pessoas e cria, entre “esses atores múltiplos, uma recíproca

interdependência: as linguagens que organizam a sua comunicação e a cooperação (...) permitem a partilha de projetos e resultados (Rullani, 1998: 14; Sanson, 2009: 80-81).

347

Tudo isso gera uma grande quantidade de interpretações acerca da natureza do capitalismo e do trabalho. Desde a época de Lyotard¹⁰, Delleuze, Foucault¹¹ foi apontada a falência das tradicionais relações capital e trabalho – organização fordista e estratégias keynesianas –, e isso culminou, desde então, no esgotamento das teorias e categorias que sustentaram as tradicionais análises acerca do capitalismo. A partir daí foram surgindo muitas outras interpretações.

Para Negri (2004) e os pensadores referidos acima, o marco histórico dessas mudanças foi a rebelião de 1968. Este acontecimento se tornou a referência de resistência do trabalho contra o capital e o momento em que entram na luta política vários segmentos sociais além do operariado. A conquista de novos sujeitos sociais na luta contra o capital registrou a tomada da dimensão supranacional do capitalismo. Isso é o pós-modernismo: um momento em que os novos sujeitos da luta social revelaram um potencial de ação coletiva, envolvendo vários setores de trabalhadores que têm como realidade a mobilização e a fluidez, portanto, não mais restritos ao espaço fabril, agora extensivo a toda a comunidade global organizada em redes de circulação e cooperação.

Com a nova constituição do trabalho, Negri (2004), ao contrário de muitos dos teóricos do pós-modernismo, reafirma o pensamento de Marx como base teórica de sustentação da guerra permanente entre capital e trabalho. Porém, aponta um antagonismo que só pode ser interpretado a partir de um horizonte que ressalta a ampliação dos espaços do trabalho, revelando novos campos onde se desenvolvem o conflito e lutas sociais e conferindo importância às práticas comunicacionais que sustentam e amarram as relações sociais e laborais globalizadas.

Esses são pressupostos que levam Negri (2004) a identificar o pós-modernismo como o tempo de emersão de um poder constituinte construído de baixo e imerso em toda a política do modo de produção capitalista. Daí sua afirmação de que, nesse período, a fábrica ganha extensão não vista antes, vai para além do tradicional espaço físico e passa a estar em toda a sociedade, valendo-se do poder criativo, afetivo e comunicacional da nova realidade capitalista globalizada. Só a partir desses pressupostos analíticos é possível entender as novidades do novo capitalismo, da nova natureza do trabalho e dos novos sujeitos sociais.

Entretanto, a introdução das categorias subjetivas no discurso e na análise do desenvolvimento capitalista exige, hoje, além do afastamento das teses ortodoxas do marxismo, uma nova leitura do pensamento de Marx. Uma nova leitura que implica a inserção de categorias culturais que foram mantidas na periferia da análise marxista por muito tempo, com exceção dos marxistas críticos.

Noções como gênero, raça, sexualidade, meio ambiente, assim que começaram efetivamente a fazer parte das análises fundamentadas no pensamento de Marx, foram ampliando o conceito de classe, o que possibilitou outra compreensão da luta contra o capital.¹² As alterações no mundo do trabalho e a pulverização de conflitos originados dos novos setores sociais romperam com o tradicional conceito de classe, centrado na figura do operário. O novo contexto laboral trouxe, desse modo, novas formas de relações sociais, que vão além daquela esboçada pelas tradicionais configurações do capital. Portanto, seguindo a tese de Cocco (2008), é um erro afirmar que a emergência dos temas culturalistas tenha enfraquecido o ponto de vista de classe e, por isso, tenha criado condições para a reação capitalista.

Do mesmo modo que os avanços tecnológicos contribuíram com a reconfiguração do trabalho, sendo o maior deles a diluição da fronteira entre a fábrica, o escritório e a casa, isso foi um facilitador da inserção crescente da mão de obra feminina e dos serviços no centro do processo produtivo; bem como o fim da separação secular entre trabalho manual e intelectual, a incorporação de várias modalidades no processo produtivo e a inclusão de outros fenômenos da vida como categorial laboral.

Estas novidades significaram uma reestruturação nas relações de trabalho, que passam agora a se apoiar na cooperação social produtiva, o que aumenta e valoriza a capacidade dos trabalhadores de estarem à frente do processo de trabalho, criando várias frentes de comando e ampliando e potencializando a capacidade antagônica dos trabalhadores (Altamira, 2008: 55).

O processo produtivo passou, desde então, a incorporar os novos sujeitos sociais, e as análises sociológicas das relações produtivas passaram a incluir as abordagens culturalistas que dão ênfase às categorias subjetivas. Por isso, muitas das categorias de Marx foram revistas e outras consideradas anacrônicas para responder à nova dinâmica do capitalismo do final do século XX. O que aconteceu a partir dessas mudanças foi a alteração da base estrutural na qual o capitalismo estava assentado e orientado nessas últimas décadas, tais como o fordismo, o taylorismo e o keynesianismo.

Desse modo, muda toda a composição da força de trabalho e suas relações com o capital e cresce uma maior reação do trabalhador (pós-fordista) à sujeição ao capitalismo. Negri (2004) denomina isso de novas formas de resistência, o que não está presente nas avaliações e conclusões do marxismo crítico, que nega a centralidade da classe trabalhadora como propulsora das transformações capitalistas.

Estes são os pressupostos teóricos e práticos que compõem e formatam as análises de Negri. Herdeiro das concepções do operáismo italiano¹³, Negri entende que o fim do modo de regulação que predominou no período do pós-guerra significou o fracasso do capital em impor uma determinada forma de organização do trabalho diante da resistência do movimento dos trabalhadores (Altamira, 2008: 58).

O colapso de um modo de regulação deve ser interpretado como uma fase de crise do capitalismo que passa a exigir outra forma de organizar a relação capital e trabalho e amplia o potencial de resistência dos trabalhadores. Neste período de reestruturação capitalista, crescem as tensões sociopolíticas e o nível de contradições, trazendo para o cenário das lutas um novo protagonista, um trabalhador que não se limita ao espaço fabril, o trabalhador social.

Na era pós-fordista e pós-industrial, a figura do trabalhador social surge com características subjetivas de difícil sujeição ao capital, e a nova leitura da dinâmica do capitalismo coloca de lado as ideias das leis inexoráveis e deterministas da economia como vetor das contradições entre capital e trabalho. Isso significa, então, a recusa da análise economicista e a eleição dos elementos subjetivos das relações sociais como indicadores da nova natureza das lutas sociais.

A classe trabalhadora se movimenta a partir de uma lógica de separação antagônica com relação ao capital, o que significa dizer, na interpretação de Negri, que se trata de uma lógica não dialética, em que as crises do capitalismo resultam não de leis inexoráveis da economia, mas das ações dos trabalhadores que enfrentam o capital como sujeito antagônico. Este enfrentamento promove mudanças na composição política e na dinâmica

das lutas dos trabalhadores. É nessas modificações da força de trabalho no processo de reprodução social que o antagonismo político se manifesta e atribui ao trabalho industrial papel secundário na organização capitalista, apontando para um novo campo onde as lutas se manifestam e revelam os novos sujeitos sociais:

349

Uma nova dinâmica de lutas vai desembocar na emergência do “operário social”, que recusa a separação entre setores produtivos e setores improdutivos e articula a centralidade de figuras sociais, cujas dimensões produtivas não dependem mais da inserção na relação salarial e no trabalho industrial. A partir dessas mudanças e sempre com base na releitura do *General Intellect* marxiano, surgem novas definições para o trabalho autônomo, que se referem à produção linguística, afetiva, cognitiva, e cujo cerne não é mais a relação salarial, mas a “forma renda” (Corsini, 2007: 67-68).

Este é o período em que toda a sociedade está subsumida pelo capital e o trabalho apresenta outras características antes pouco consideradas no processo produtivo, como a sua imaterialidade e a sua natureza cooperativa. Portanto, essas são as condições que caracterizam o trabalhador no seu processo de luta. Luta que não supõe mais a centralidade das instituições – partidos políticos, sindicatos – e nem depende unicamente dos avanços tecnológicos, mas da capacidade e do potencial dos trabalhadores em reverter o poder do capital. Esse potencial, importante notar, é revelado pela capacidade dos trabalhadores de trazerem para o campo das lutas novos segmentos sociais imersos nesse amplo campo do trabalho.

A reorganização e a recomposição dos trabalhadores tendem a provocar reações do capital que sempre têm respondido por meio de inovações tecnológicas, com o claro propósito de debilitar e desestruturar a classe trabalhadora e minimizar o sujeito antagônico. São esses momentos de composição, recomposição e decomposição que caracterizam os ciclos de luta e a emersão do sujeito político. Ciclos de lutas que, como dito antes, em decorrência dos avanços da tecnologia da informação se estendem a todos os campos de ação da sociedade, envolvendo seus vários segmentos (Altamira, 2008). Isso implica dizer que todos os movimentos da sociedade capitalista estão inseridos no processo produtivo, por isso, a afirmação de Negri de que, na atual realidade do capital, nada mais está fora, tudo faz parte de um mesmo ciclo produtivo. É a fase em que o capital deixa de ter um exterior, em que nada, coisa alguma está fora do processo de produção, ou seja, todos os processos produtivos nascem e estão no interior do próprio capital. Por esse motivo, as regras que monitoravam os processos produtivos e os mecanismos de exploração, desenvolvidos dentro da fábrica, difundiram-se permeando e definindo todas as relações sociais. Ou seja, a sociedade se transformou numa grande fábrica, hoje o que existe é a sociedade-fábrica. Nada mais se encontra fora do capital, e esse se torna o único elemento “sujeito” da produção social.¹⁴

A fábrica não mais se restringe a um espaço físico em que se concentra a produção fabril. As operações laborais se estendem a toda a sociedade capitalista; se descentralizam e se difundem aos múltiplos campos sociais, rompendo com as fronteiras entre público e privado, política e economia. A sociedade capitalista, na sua fase pós-industrial (ou pós-fordista) passa a ser um celeiro de todo tipo de serviços e ações produtivas, adaptando-se às transformações do capital e se configurando em um campo de luta e resistência.

Portanto, todos fazem parte do processo produtivo, as atividades laborais se estendem a todas as dimensões da vida. Este é o pressuposto para se afirmar que não mais tem sentido separar o tempo do trabalho do tempo da vida, do mesmo modo, separar o

momento do consumo e do momento de reprodução do trabalho. De acordo com Lazzarato (1998), se o tempo fordista tratou como ponto de partida o chão da fábrica, agora o ponto de referência é o consumo – são os consumidores (e não os operários) os pivôs da estratégia da empresa.

A subsunção de toda a sociedade pelo capital significa que o capital contaminou e atrelou as várias dimensões da vida aos momentos de sua produção e reprodução. Não tem como escapar dessa engrenagem – isso não está longe da denúncia que Hannah Arendt faz à modernidade, quando elege o trabalho como a lógica única da condição humana, o que significa a total impossibilidade de estar fora da engrenagem laboral (Arendt, 1987). Entretanto, se em Arendt encontramos uma análise crítica da herança moderna, que promoveu a inversão da política pela economia, e uma postura negativa no fato da centralidade do trabalho como condição da vida associativa dos homens, a análise de Negri (2003) está longe disso. Para Arendt (1987), o trabalho está associado à condição humana da necessidade, que mantém o homem preso ao ciclo biológico da vida, exigindo dele apenas sua capacidade de produzir, longe do processo de criação. Negri, no entanto, trata o trabalho numa dimensão conceitual bem diferente de Arendt. Primeiro, sua preocupação não é com o lugar do trabalho, esse duo público e privado está fora de suas preocupações; depois, suas análises acerca do trabalho não giram em torno dos conceitos necessidade e liberdade, como faz Arendt. Objetivamente, sua análise se centra nas mudanças radicais que reestruturaram o processo produtivo e que alteraram a natureza do trabalho – industrial a pós-industrial –, num cenário em que o mundo capitalista perdeu suas fronteiras nacionais e que pensa e age de modo globalizado. Uma época que se caracteriza pela total subsunção da sociedade pelo capital, em que todas as atividades fazem parte do processo produtivo e estão sujeitas à exploração. Negri está preocupado em saber qual a natureza dessas mudanças que deixaram para trás muitas teorias e práticas e que passaram a se constituir numa nova era – pós-industrial, pós-moderna, pós-fordista; enfim, uma era em que o trabalho radicaliza e expande a condição – apontada e criticada por Arendt – de organizador das relações humanas e promotor da vida dos homens. O trabalho torna-se a substância comum do mundo globalizado e traz desafios a todas as dimensões da vida humana, do saber, do poder, do desejo, do afeto, entre outras. Neste caso, o trabalho não pode ser visto apenas como uma atividade qualquer, produtora de bens, de coisas que não deixam rastro e desaparecem assim que surgem no mundo, como definiu Arendt (1987), mas como atividade específica, socialmente reconhecida como produtora de valores, uma força ativa de negociação e de afirmação, que está presente em todas as relações entre os homens e é substância comum de todas as atividades produtivas – é a produção da vida. Portanto, o tempo do trabalho e o tempo da vida não são passíveis de separação, trata-se de um mesmo tempo.

É neste sentido que podemos afirmar que a fábrica do passado deu lugar à fábrica sem muros; a exploração e a mais-valia se estenderam a toda sociedade, a uma extensa rede na qual os trabalhadores foram imersos e conectados para manter o capital em movimento. Os trabalhadores passam a ser explorados na sua capacidade de cooperação para produzir. E a atualidade oferece redes comunicacionais provenientes da tecnologia avançada da informação que possibilitam ao capital apropriar-se, cada vez mais, da capacidade comunicativa do trabalhador social em qualquer canto do mundo.

Foram os conflitos na era fordista/industrial os grandes impulsionadores que levaram o capital a interconectar e a relacionar os computadores, criando uma extensa rede para subordinar o conjunto da sociedade de trabalhadores e quebrar a sua resistência. Entretanto, a contraface dessa realidade de dominação e controle pelo capital tem sido o

uso dessa mesma tecnologia como instrumento de luta e geradora de inúmeros pontos de tensão e resistência dos trabalhadores.

351

As tecnologias de informação e comunicação passaram a ter papel fundamental no processo de luta dos trabalhadores e no processo cooperativo da produção. Na análise de Negri, o avanço tecnológico não tem promovido apenas a subjugação do trabalhador social, mas, na medida em que essa tecnologia se torna global, o capital é impelido a difundir esse conhecimento a toda a fábrica social, promovendo uma crescente sociabilidade do trabalho através de formação de redes comunicacionais e criando possíveis barreiras à cooptação do capital. Por isso é que a comunicação representa, hoje, para o trabalhador social, o que a relação salarial foi para o operário-massa, ou seja, os recursos de informação fazem parte do conjunto de bens e serviços que o capital deve oferecer aos trabalhadores para o seu desenvolvimento, passando a incluir, na composição e na ideia de classe, todo tipo de trabalhador, desde donas de casa a cientistas, dos empregados aos desempregados. Ou seja, a todas as categorias sociais encarregadas de reproduzir o capital e de resistir a ele.

Enfim, as mudanças na estrutura capitalista compreendem o reconhecimento de uma grande variedade de trabalhos tão essencial à reprodução do capital quanto foi o trabalho fabril na fase industrial do capitalismo. O trabalho assume, desse modo, uma posição cada vez mais central nas relações sociais, e essa condição ocorre, sobretudo, a partir da mobilidade do seu potencial transformador, em que a resistência e a luta vêm ampliando suas conquistas políticas ao resistirem com alternativas criativas às novas modalidades e dispositivos de controle e de aprisionamento do capital – que vão desde a fragmentação das forças produtivas à precarização do trabalho. Trata-se de um processo de resistência e luta à subsunção de toda a sociedade à atual lógica de acumulação do capitalismo, que mobiliza a vida na valorização do capital.

Essa é a base paradigmática das análises que procuram identificar e definir o lugar do trabalhador social e as novas formas de resistências, que têm colocado em xeque os pilares teóricos da tradição moderna e reafirmado as teses de Marx.

(Recebido para publicação em junho de 2012)

(Reapresentado em maio 2013)

(Aprovado para publicação em julho de 2013)

Cite este artigo

NASCIMENTO, Mariângela. O lugar do trabalhador em tempo de mudança. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 341 – 356, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Estudioso de Spinoza, Marx e Deleuze, Negri retoma o conceito de política como um embate de forças vivas, como potência que resulta de uma determinada dinâmica social interna e imanente, das forças que dominam e daquelas que resistem. Neste sentido, na sua análise, não tem como separar a política da economia, da cultura, do social, pelo fato de que não há nada que esteja fora da política.

2. Os intelectuais da Escola de Frankfurt conduziram suas leituras a uma esfera crítica e reflexiva quanto ao marxismo tradicional. Contrariando as teorias de Marx, estes pensadores (Adorno, Horkheimer) afirmaram que o desenvolvimento das forças produtivas, da técnica e da ciência foi colossal desde meados do século XIX, mas não acarretou conflitos estruturais com as relações de produção. Ao contrário, a ciência e a técnica se tornaram instrumentos privilegiados da dominação. Também a análise feita por Marcuse – outro pensador filiado ao discurso crítico à tradição marxista – vai nesta direção ao afirmar o fim da centralidade do trabalho e da luta de classes. Em Habermas, “a teoria da ação comunicativa é uma teoria sobre um novo tipo de conflito estrutural, relativamente desligado das classes sociais” (Repa, 2012); a economia e o trabalho ficam fora do âmbito da ação comunicativa, portanto, para ele não existe um ápice da perspectiva da liberação do trabalho no confronto com o capital.

352

3. Maio de 1968 foi um acontecimento que não revelou simplesmente a rebeldia de estudantes franceses, mas se constituiu em um momento de manifestações de crise política e econômica, expressa na Revolução Portuguesa em 74 e 75, nos conflitos trabalhistas que fizeram agonizar o regime franquista, na crise doméstica vivida pelos Estados Unidos, impulsionada pelo movimento contra a guerra do Vietnã, na revolta dos guetos negros americanos, e numa série de outros acontecimentos por vários lugares do mundo. Maio de 68 representa uma onda de contestação não só ao capitalismo, ou seja, às suas formas e implicações políticas e ideológicas, à sua lógica consumista irracional e, por trás de tudo isto, a sua alienação e exploração; foi também uma crítica profunda ao socialismo soviético e a sua insuficiência em construir uma sociedade verdadeiramente emancipadora, prescrita nas orientações marxistas. Foi uma revolução dos saberes, em que vários temas foram mobilizados – imperialismo, feminismo, estudantes etc. –, formulando e difundindo a crítica dos poderes constituídos. Os movimentos dos estudantes se conscientizaram de que, assim como a fábrica, a universidade é organizada em função do capitalismo na medida em que prepara os estudantes para assumir seus papéis no sistema. Ou seja, operários e estudantes, aos olhos do capitalismo, encontram-se em posições semelhantes.

4. A reconstrução do marxismo passa a se nutrir dos novos movimentos sociais, que, a partir dos anos 60, tomaram o lugar da velha luta de classes como fonte de antagonismo e resistência ao capital (Ver Altamira, 2008; Cocco, 2001, 2008).

5. Negri reafirma o pensamento de Marx como base teórica de sustentação para pensar as mudanças, limites e possibilidades da política do mundo contemporâneo.

6. Alguns teóricos da segunda metade do século XX (Habermas, Jameson, Havey) afirmam que o marxismo clássico mostrou-se incapaz de analisar e incorporar os avanços da nova tecnologia e ignorou a tendência global da eliminação do trabalho pela progressiva automação. Essa afirmação retira a classe trabalhadora do centro

da luta emancipatória. Para eles as alterações na ordem industrial enfraqueceram as tradicionais formações de classes, outras formas de organizações foram emergindo e ganhando força, são as organizações identitárias e grupos localizados, baseados em diferenças étnicas, sexuais e de gênero. Habermas afirma que não é possível reduzir os conflitos de interesses à luta de classes. Jameson, conclui que as alterações na ordem industrial enfraqueceram as tradicionais formações de classes, outras formas de organizações foram emergindo e ganhando força, são as organizações identitárias e grupos localizados, baseados em diferenças étnicas, sexuais e de gênero. Para ele a estrutura estável de classe comparável a do capitalismo anterior está por se cristalizar. Um novo “trabalhador coletivo” está por surgir, não mais a classe operária (Anderson, 1999). E Harvey radicaliza sentenciando: nas atuais condições o indivíduo-social não encontra motivos para se dedicar a projetos que se estendam no tempo, não se sente capaz de projetar um futuro em condições melhores do que o presente e o passado. O que significa, segundo Harvey, que, se o modernismo se dedicou à busca de projetos emancipatórios e de libertação, mesmo à custa de muita frustração, o pós-modernismo simplesmente descarta esta possibilidade (Harvey, 2006).

7. A precarização do trabalho é um elemento central da nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, ele cria uma nova condição de vulnerabilidade do trabalhador: um processo social que modifica as condições de assalariamento (estável) anteriormente hegemônico no período fordista. Trata-se de condições de trabalho instável e de fragilidade social. Essas transformações no mundo do trabalho da fase do capitalismo globalizado têm aliado o desenvolvimento com a precarização do trabalho, em contraposição, o resultado disso é transformar o trabalhador em uma constante ameaça de desestabilização das hierarquias e divisões globais das quais o poder capitalista depende.

8. Negri revitaliza o pensamento de Marx para explicar as transformações radicais da atual fase do capitalismo. Entretanto, nos seus trabalhos reconhece a influência de Spinoza, Foucault, Deleuze como alicerce das suas análises sobre a natureza do poder, das novas relações produtivas e da luta de classe.

9. Seguindo a perspectiva foucaultiana, Negri analisa a natureza biopolítica que dá origem a um novo paradigma do poder: o biopoder. O biopoder se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da vida da população. O poder passa a abarcar a totalidade do corpo social, organizando e gerenciando o processo produtivo e sua socialização. Trata-se, portanto, de compreender o poder a partir de sua capacidade de se instrumentalizar para ordenar a vida, pois, ao fazer uso da tecnologia, do saber, transforma a vida em seu próprio objeto. O biopoder é resultado de uma inversão da dinâmica entre os poderes do Estado com o governo das populações, que se estende cada vez mais às várias

dimensões da vida humana e se consolida na nossa época. Diz Negri: É ao redor dessa inversão que uma série de estudiosos foucaultianos começou a propor a distinção entre biopoder e biopolítica. Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder. Contrariamente, fala-se de biopolítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é, de baixo (Negri, 2003: 107).

10. Lyotard aparece anunciando a sociedade pós-industrial – expressão cunhada por Daniel Bell nos idos dos anos 50 –, uma sociedade que transformou o conhecimento na principal força de produção, que não podia mais ser concebida como um todo orgânico nem como um campo de conflito dualista de classes, mas sim como uma rede de comunicações linguísticas, como linguagem composta de uma multiplicidade de jogos diferentes incomensuráveis (Anderson, 1999: 32).

11. A crise do marxismo no final dos anos 60 contribuiu para fortalecer, nos países europeus, principalmente na França e Alemanha, uma corrente de ideias que se filiavam ao pensamento de Nietzsche e Heidegger. Corrente essa identificada pelo nome de pós-estruturalismo, a qual incluiu nomes como Derrida, Foucault, entre outros. O eixo comum desta corrente foi a descrença na razão, mas numa perspectiva crítica e não conservadora. Não se tratava de um movimento irracionalista, “a razão não é denunciada enquanto tal, e sim na medida em que perde sua função subversiva e transforma-se em alibi do poder, agente da heteronomia, adversária do prazer ou instrumento da repressão” (Rouanet, 1987: 242).

12. Hoje não é possível pensar o proletariado como classe operária industrial da era moderna. A configuração do proletariado nos dias atuais foi alargada como uma categoria que inclui todo tipo de atividade que, direta e indiretamente, é explorada por normas capitalistas de produção e reprodução do capital.

13. O operaísmo – corrente de pensamento neomarxista que começou a se desenvolver na Itália a partir das décadas de 1960 e 1970, abarca um conjunto de trabalhos teóricos e de pesquisa empírica que não se limita a uma escola de pensamento, uma vez que sempre contou com o importante envolvimento político de seus militantes nos movimentos que tiveram lugar na Itália naquele período.

14. Ver Negri, A. e Hardt, M., 2004, 2005; Cocco, 2001.

Bibliografia

ADORNO, T.; HORKEIMER, M.; *A Dialética do Esclercimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ALTAMIRA, C. *Os Marxismos do Novo Século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- ANDERSON, P. *As Origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 355
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- BERMAM, M. *Aventuras no Marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (Org). *Capitalismo Cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- COCCO, G. Introdução. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- _____. *Trabalho e Cidadania – Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. *MundoBraz – O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.
- _____. *Democracia e Socialismo na era da subsunção real: a construção do comum*. In: COCCO, G.; GENRO, T.; GUIMARÃES, J.; CÁRCOVA, C. M. (Org.). *O Mundo Real – socialismo na era pós-neoliberal*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CORSINI, L. *Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações*. Tese de doutorado, Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007 (impresso).
- DOMINGUES, J.M. *Interpretando a Modernidade – Imaginário e Instituições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2006.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo*. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- LAZZARATO, M. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e General Intellect*. In: Lazzarato M.; Negri, A. (Org.). *O trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- _____. *Para uma definição do conceito de biopolítica*. Revista Lugar Comum, nº 5-6, 1998.
- NASCIMENTO, M. *Movimentos Sociais em Tempo de Mudanças – novos paradigmas e novas lutas*. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011 (digitalizada, pdf).

- NEGRI, A.; COCCO, G. *Glob(AL) – Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005. 356
- NEGRI, A.; HARDT, M. *O trabalho de Dionísio – Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.
- _____. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- NEGRI, A. *Jó – A Força do Escravo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- _____. *5 Lições sobre O Império*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- REPA, L. O Sistema contra a Vida. São Paulo: editora Bregantini, Revista CULT, 170, anos15, 2012.
- ROUANET, S. P. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANSON, C. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Tese de doutorado, UFPR. Curitiba, 2009 (impresso).
- VIRNO, P. *Virtuosismo e Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- WAGNER, E. S. *Hannah Arendt e Karl Marx*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.